

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

ARTIGO

SABERES DESEJADOS: POR UMA ARQUEOLOGIA DA PRESENÇA E DA TRAJETÓRIA DE MULHERES CERAMISTAS DO ALTO VALE DO RIBEIRA, SÃO PAULO

Marianne Sallum*, Marina Gomes**, Francisco Silva Noelli***

RESUMO

Este artigo apresenta duas linhas de pesquisa interligadas sobre as trajetórias de mulheres e suas vasilhas na região Sudeste do Brasil, especialmente no litoral de São Paulo e no Vale do Ribeira. As mulheres emergem nas memórias comunitárias e em diversos tipos de documentos que dialogam com essas memórias. Reunimos quatro gerações de mulheres em duas listas que servem como ponto de partida para mapear as ceramistas, suas relações e a itinerância das práticas para além das comunidades do Alto Vale do Ribeira. O artigo também aborda a história da cerâmica paulista, propondo uma metodologia de base comunitária para analisar cerâmicas e compreender interações sociais entre Indígenas, Afrodescendentes, Afrobrasileiras, Eurobrasileiras e povos tradicionais.

Palavras-chave: Arqueologia histórica; Colonialismo; Gênero; Comunidades tradicionais; Persistência.

* Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA), ARGPEL, Universidade Federal de São Paulo; UNIARQ – Centro de Arqueologia, Universidade de Lisboa. E-mail: marianne.sallum@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9210-2044>

** Associação de Artesãs de Apiaí “Custódia de Jesus da Cruz”. E-mail: marinagomes367@gmail.com.

*** Centro de Arqueologia, Universidade de Lisboa (UNIARQ). E-mail: fnoelli@letras.ulisboa.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0267-583X>

DESIRED KNOWLEDGE: TOWARD AN ARCHAEOLOGY OF PRESENCE AND TRAJECTORIES OF WOMEN POTTERS FROM ALTO VALE DO RIBEIRA, SÃO PAULO

ABSTRACT

This study describes two interconnected research lines on the trajectories of women and their pots in Southeastern Brazil, especially along the coast of São Paulo and in Vale do Ribeira. Women emerge from community memories and various types of documents that engage with these memories. We gather four generations of women in two lists that serve as a starting point for mapping potters, their relationships, and the mobility of practices beyond the communities of Alto Vale do Ribeira. This study also addresses the history of Paulistaware, proposing a community-based methodology to analyze ceramics and understand social interactions between Indigenous, Afro-descendant, Afro-Brazilian, Euro-Brazilian, and Traditional communities.

Keywords: Historical archaeology; Colonialism; Gender; Traditional communities; Persistence.

SABERES DESEADOS: HACIA UNA ARQUEOLOGÍA DE LA PRESENCIA Y TRAYECTORIAS DE MUJERES ALFARERAS DEL ALTO VALE DO RIBEIRA, SÃO PAULO

RESUMEN

Este artículo presenta dos líneas de investigación interconectadas sobre las trayectorias de mujeres y sus vasijas en la región Sudeste de Brasil, especialmente en el litoral de São Paulo y en el Vale do Ribeira. Las mujeres emergen de las memorias comunitarias y de diversos tipos de documentos que dialogan con estas memorias. Reunimos a cuatro generaciones de mujeres en dos listas que sirven como punto de partida para mapear a las ceramistas, sus relaciones y la itinerancia de las prácticas más allá de las comunidades del Alto Vale do Ribeira. Este artículo también aborda la historia de la cerámica paulista y propone una metodología con base comunitaria para analizar cerámicas y comprender las interacciones sociales entre pueblos indígenas, afrodescendientes, afrobrasileños, eurobrasileños y de comunidades tradicionales.

Palabras-clave: Arqueología histórica; Colonialismo; Género; Comunidades tradicionales; Persistencia.

A produção de cerâmicas existe há muitas gerações no atual território de São Paulo, conectadas em redes de comunidades que transmitiram saberes e compartilharam sociabilidades, tecnologias e formas de consumo. As práticas e memórias das mulheres ceramistas constituem um tema a ser reconhecido em suas múltiplas facetas, pois são – e foram – fundamentais para estruturar, ao longo do tempo, o contexto social onde as vasilhas “adquiriram seus significados e se tornaram úteis” (Silliman, 2009, p. 215). Em última instância, essas práticas tratam de saberes desejados que são materializados, de forma inexorável, “encorporados” em cada vasilha.

Atualmente, as ceramistas possuem histórias que precisam ser valorizadas, pois aprendemos com Célia Xakriabá (2020) que “temos uma tarefa desafiadora, pois não basta apenas reconhecer os conhecimentos tradicionais, é necessário também reconhecer os conhecedores”. Esse interesse pelas ceramistas não é novidade no Alto Vale do Ribeira, onde, desde a década de 1960, a pergunta já estava feita: “Quem são as artesãs que permanecem no anonimato, capazes de criar dum pedaço de argila disforme um vasilhame de valor estético?” (Scheuer, 1976, p. 5). A Figura 1 mostra os municípios e bairros do Vale do Ribeira, onde se localizam as ceramistas.

Figura 1. Alguns municípios e bairros do Alto Vale do Ribeira.



Fonte: Danielle G. Samia.

As ceramistas produzem para além da mera necessidade, criando elos de sociabilidade para fazer e compartilhar alimentos, bebidas e sabores desejados no cotidiano (Noelli; Sallum, 2020a, 2020b). Existem algumas referências de mulheres que consideram fazer vasilhas de barro como uma prática “prazerosa”, tanto para as autoras deste artigo (M.G.), quanto para a mestra Ana Pereira do bairro do Jairê, Iguape, baixo Vale do Ribeira (Escalante; Rogério, 1973). Além disso, algumas delas expressaram “satisfação”

(Nascimento, 1974) enquanto outras, demonstram “alegria”, “prazer” e “amor” (Magrini, 2019). Trata-se de perceber aspectos para além dos saberes, buscando compreender as relações de vizinhança, solidariedade e irmandade, reafirmando práticas, memórias e diferenças no espaço das interações e confluências (Baptista, 2024; Marinho; Simoni, 2022; Santos, 2023).

Esses sentimentos citados pelas ceramistas têm sustentado o lado intelectual e prático da produção individual, familiar ou de associações locais, destacando a preservação dos saberes ancestrais alinhados com outras práticas contemporâneas. Um exemplo disso é a Associação de Artesãs de Apiaí “Custódia de Jesus da Cruz” (bairro Encapoeirado, Apiaí), cujo estatuto prevê as parcerias locais e sustentáveis como forma de enfrentamento da desigualdade social (J. Lima, 2005). A Associação também oferece cursos de cerâmica com o objetivo de “valorizar o patrimônio histórico-cultural do município de Apiaí, preservando e promovendo o conhecimento tradicional local” Indígena e Quilombola. A Associação ainda produz vasilhas com características mais contemporâneas, que podem ou não incorporar elementos tradicionais, além de figuras humanas, zoomorfas e moringas, que representam metáforas de autorrepresentações de gênero e que podem servir de base comparativa entre lugares e tempos diferentes (Figura 7). Em boa medida, compartilha novidades e saberes ancestrais, pois até parte do século XX a maioria das residências utilizava vasilhas feitas localmente. Um exemplo importante de pessoas que vieram de fora e se articularam com pessoas de Apiaí para produzir formas ancestrais e criar modelos utilitários contemporâneos é o Grupo Arte Loose, situado no bairro Mineiros (Garimpo, 2022).

Nas últimas décadas, o uso das vasilhas continuou, apesar da abundância de recipientes metálicos e plásticos. Destaca-se tanto a importância das individualidades e da transmissão de conhecimentos, quanto as mulheres que vieram de fora e tornaram-se mestras exímias nas práticas locais. Contudo, é central a transmissão de conhecimentos entre as gerações, como percebeu Herta Scheuer, “comparando vasilhames recentemente trabalhadas com outras de mais de dez decênios, pode-se constatar uma continuidade nas formas” (Scheuer, 1976, p. 6). Scheuer explicitou uma forma de encadear conexões entre presente e passado, além das exigências intelectuais e afetivas das mulheres em relação à cerâmica, pois elas ainda são guiadas por um “apego tenaz às formas tradicionais de nossas oleiras, o que pode ser atribuído a uma motivação espiritual. Conscientes da tradição, elas permanecem fiéis a ela, transmitindo seu conhecimento da mesma maneira” (Scheuer, 1976, p. 6). Assim, a transmissão é central para a compreensão da produção (padronização morfológica e tecnológica, escolha das matérias-primas e etapas da cadeia operatória) e do consumo das cerâmicas (associada à dieta, modos de processar e preparar os alimentos, bebidas e medicinas). No Alto Vale do Ribeira, a “técnica da cerâmica..., até por volta de 1990, era exclusivamente passada de mãe para filha, com algumas exceções. A partir dessa década, esse conhecimento começa a se transferir para outros que não fazem parte do grupo familiar” (Lima, 2007, p. 52).

Este artigo apresenta resultados preliminares da etapa inicial de duas linhas de pesquisa atualmente em desenvolvimento. A primeira busca evidenciar a trajetória de mulheres indígenas, afrodescendentes, afrobrasileiras, euro brasileiras e de pessoas de comunidades tradicionais, bem como de suas vasilhas, passíveis de localização no tempo e no espaço. Essas mulheres emergem tanto nas memórias comunitárias quanto em diferentes tipos de documentos que dialogam com essas memórias, como registros de nascimento, casamento e óbito, títulos de terra, além de diversas fontes históricas e linguísticas. A segunda linha de investigação se dedica

à busca pelas vasilhas produzidas por essas mulheres, que podem ser encontradas em residências do Vale do Ribeira, associações, casas de cultura, museus, coleções particulares e em contextos de pesquisa arqueológica.

Na primeira parte do artigo, mostramos quatro gerações de mulheres em duas listas que são ponto de partida para mapear as ceramistas, suas relações solidárias e a itinerância das práticas para além das comunidades do Alto Vale do Ribeira. Esse é o começo de um projeto que pretende traçar a genealogia dessas ceramistas, consideradas aqui como um portal para compreender as histórias de persistência e presença (Sallum, 2024).

Na segunda parte, abordamos diversos aspectos da história colonial e a articulação de antigas e novas práticas estabelecidas entre pessoas indígenas e portuguesas, com foco na produção da cerâmica “paulista” pelas mulheres Tupiniquim no século XVI (Noelli; Sallum, 2020a, 2020b, 2021; Sallum *et al.*, 2023). Propõe-se parâmetros e uma metodologia de base comunitária para analisar e comparar as cerâmicas do Alto Vale do Ribeira com as de outras regiões dos estados de São Paulo e Paraná, dando a compreender aspectos das interações sociais.

A BUSCA DAS BIOGRAFIAS DAS MULHERES PRODUTORAS DE CERÂMICA

A pesquisa biográfica busca contribuir para o fortalecimento da memória das mulheres e no reconhecimento de suas produções cerâmicas no Vale do Ribeira, mostrando o protagonismo de gerações, conectando presente e passado, a exemplo das pesquisas genealógicas de mulheres do litoral sul de São Paulo (Costa, 2024; Lara *et al.*, 2025; Noelli *et al.*, 2023). Algumas publicações já mencionam linhagens de ceramistas na região, com pistas que remontam a até 150 anos ou mais (Magrini, 2019; Nascimento, 1974; Sallum, 2018; Scheuer, 1976). No entanto, é necessário ampliar esse mapeamento de forma interdisciplinar, articulando perspectivas genealógicas, históricas, artísticas e arqueológicas, para ancorar firmemente o presente no passado.

O exame comparativo das coleções de vasilhas de diferentes lugares e tempo revela muitos exemplares de um “apego tenaz às formas tradicionais”. Já estão identificados os processos mais gerais dos últimos 520 anos da história social no Vale do Ribeira. No século XVI, o Vale era um domínio Tupiniquim no litoral e no alto curso, possivelmente com alguns enclaves Kaingang no médio curso (algo que ainda precisa ser mais bem definido por novas pesquisas). Posteriormente, iniciaram-se as relações de aliança e parentesco com os portugueses, que nunca dominaram ou exterminaram os Tupiniquim, cujos descendentes estão presentes hoje em comunidades caiçaras, quilombolas, guarani e tupi guarani (estas últimas resultantes da confluência com grupos guarani que começaram a chegar no Vale na década de 1830). Pessoas deslocadas da África começaram a chegar em São Paulo no século XVI, individualmente ou em grupos pouco numerosos. O ingresso demograficamente mais volumoso começou na segunda metade do século XVII e, principalmente, nos séculos XVIII e XIX. As confluências e relações entre esses grupos foram variadas, com processos históricos particulares que precisam ser mais bem compreendidos nos 28 municípios do Vale do Ribeira, atualmente com 318,475 mil habitantes (Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2022; Campina de Fora possui dados apenas no Censo 2010). Em três dos cinco municípios com informações sobre mulheres ceramistas, existem percentuais demográficos de autodeclaração de cor, referências do IBGE que permitem considerações preliminares sobre ancestralidade (Tabela 1).

Tabela 1. População autodeclarada em comunidades de ceramistas.

Local/População Autodeclarada	Total habitantes	Parda (%)	Preta (%)	Indígena (%)	Amarela (%)	Branca (%)
Apiaí	24.585	48,19	5,19	0,09	0,31	46,2
Itaóca	3.422	62,89	6,34	0,0	0,2	30,57
Iporanga	4.046	61,17	16,26	0,32	0,2	22,05
Bom Sucesso do Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	3.555					
Ribeirão Branco (Campinas de Fora)	2.590					
Soma	38.198					

Fonte: Censo IBGE 2022.

A maioria das pessoas se autodeclarou parda, com ênfase na ascendência afrobrasileira que, juntamente com a autodeclaração preta, somaram percentuais entre 53,38% e 77,43%. A população amarela possui pequena população, da mesma forma que a indígena, enquanto a autodeclaração branca fica entre 22,05 e 46,2% do total. O grupo afrodescendente é majoritário, mas pode conter indígenas na sua ancestralidade, algo a ser mais bem investigado, pois o domínio das práticas e dos aspectos linguísticos da materialidade, botânica e zoologia, mostram evidências de antigas relações e transmissões continuadas de saberes com as comunidades Tupiniquim (Noelli; Sallum, 2021; Sallum; Noelli, 2022a, 2022b). A ceramista Marina R. da Guia dos Santos do bairro Encapoeirado (município de Apiaí, alto Vale do Ribeira) exemplifica significativamente essa confluência e inclusão (entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2018 e publicada por Magrini, 2019, p. 245-246):

Então o seu bisavô era português?

É, eles vieram de lá, era tudo artão, pai era arto e magro do zóio azur e nariz cumprindo (risos)...

E sua mãe, qual descendência?

Negro, minha mãe é negro. E a família do Abel, a avó do Abel é índia! Eu conheci a avó do Abel, a avó do Abel tinha os traço de índia memo.

Temos dois conjuntos de informações preliminares sobre as mulheres ceramistas destes lugares. O mais antigo foi produzido entre as décadas de 1950 e 1970 (Tabela 2; Figuras 2 e 3; Nascimento, 1974; Scheuer, 1976), e o mais recente em 2017-2018 (Tabela 3; Figuras 4 e 5; Magrini, 2019), de onde listamos os nomes que servem de referência para a pesquisa biográfica das ceramistas do Alto Vale do Ribeira. A comparação entre os nomes revela que a atual geração não consta na lista de 1972, a maioria jovens ceramistas, existindo um vazio de informações entre 1972 e o início da década de 2000. Uma exceção é a Dona Sinhana, como é conhecida a mestra Ana Gonçalves de Andrade Rocha, ativa desde meados da década de 1950, provavelmente uma jovem entre as “outras poucas mulheres das redondezas”, à época em que a mestra Felícia Rosa era a principal referência de Itaóca para Scheuer (1976, p. 45). Curiosamente, a maior referência ancestral do bairro do Encapoeirado, no município de Apiaí – e que dá o nome à sua Associação de Artesãs –, a mestra Custódia de Jesus da Cruz, não foi mencionada na década de 1970 (Tabela 2).

Tabela 2. Ceramistas 1950/1980, Apiaí.

Localidade	Ano(s)	Nome	Idade	Fonte
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	1962, c. 1972	Joaquina Maria dos Santos	70+, trabalhando c. 1972	Scheuer 1976: 13 Nascimento 1974: 63, 73, 97
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Joana, mãe de Joaquina Maria dos Santos	falecida	Nascimento 1974: 64, 97
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	1962 c. 1972	Graciana Maria Leite	70+, “não está trabalhando”	Scheuer 1976: 13 Nascimento 1974: 96
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Aparecida de Souza Leite	39 c. 1972	Nascimento 1974: 67, 97
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Florinda Dias Batista	mudou-se para Itapeva	Nascimento 1974: 64, 96
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Graciliana	“não está trabalhando”	Nascimento 1974: 64
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Rosa	“não está trabalhando”	Nascimento 1974: 64
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Alzira Mello dos Santos	mudou-se para Itararé	Nascimento 1974: 64, 96
Ribeirão Branco (Campina de Fora)	1962	Clara Dias	60	Scheuer 1976: 27
Ribeirão Branco (Campina de Fora)	1962	Bernarda Dias da Paz	50-55	Scheuer 1976: 27
Ribeirão Branco (Campina de Fora)	1962	Elísia Dias da Paz		Scheuer 1976: 27
Ribeirão Branco (Campina de Fora)	1962	Florência Gonçalves	38	Scheuer 1976: 27
Apiaí (Pinheiros)	1960, c. 1972	Juvência Rodrigo Prado	falecida c. 1972	Scheuer 1976: 35 Nascimento 1974: 63, 96
Apiaí (Pinheiros)	1960, c. 1972	Antônia Matilde de Lima	abandou o ofício c. 1972	Scheuer 1976: 35 Nascimento 1974: 63, 96
Apiaí (Pinheiros)	1960, c. 1972	Margarida Gomes Duarte	sem notícias c. 1972	Scheuer 1976: 35 Nascimento 1974: 63, 96
Apiaí (Pinheiros)	1960, c. 1972	Filipa de Oliveira	mudou-se c. 1972	Scheuer 1976: 35 Nascimento 1974: 63, 96
Apiaí (Cambutas)	1962	“a produção é quase inexistente”		Scheuer 1976: 35
Apiaí (Cambutas)	c. 1972	Laura Garcez de Oliveira	52	Nascimento 1974: 63, 87, 97; Lima 2007: 55
Apiaí (Cambutas)	c. 1972	Custódia Garcez, mãe de Laura Garcez	falecida	Nascimento 1974: 64, 97
Apiaí (Cambutas)	c. 1972	(Nhá Norata) Honorata de Oliveira Rosa, irmã de Laura Garcez	65+	Nascimento 1974: 64, 95, 97 Magrini 2019: 249
Apiaí (Cambutas)	c. 1972	Albertina Pontes	48	Nascimento 1974: 65, 92, 97

continua...

Tabela 2. Continuação

Localidade	Ano(s)	Nome	Idade	Fonte
Apiáí (Cambutas)	c. 1972	(Nhá Bastiana) Sebastiana de Lara	42+	Scheuer 1976: 45 Nascimento 1974: 95, 97 Magrini 2019: 249
Apiáí (Encapoeirado?)	c. 1972	Conceição Cordeiro de Matos		Nascimento 1974: 97
Apiáí (rua 15 de novembro)	c. 1972	(Nhá Antoninha) Antônia Chaves de Matos, nora de Maria Úrsula de Oliveira		Nascimento 1974: 64, 96, 97, 98
Apiáí	c. 1972	Maria Úrsula de Oliveira	falecida	Nascimento 1974: 64, 96
Apiáí		Quintina da Silva		Casa do Artesão
Apiáí		Eugênia Rosa		Casa do Artesão
Apiáí		Jaqueline de Oliveira		Casa do Artesão
Apiáí		Pedra Augusta		Casa do Artesão
Apiáí		Rute da Silva		Casa do Artesão
Apiáí		Benedita		Casa do Artesão
Apiáí		Cacilda de oliveira		
Itaóca	1962	Felícia Rosa	“moradora mais idosa”	Scheuer 1976: 45
Itaóca (Pavão)	c. 1972, 2005-2006, 2022	(Dona Sinhana) Ana Gonçalves de Andrade Rocha	94	Nascimento 1974: 63, 77, 97; Lima 2007: 58
Itaóca (Fazendinha)	c. 1972	Jesuína de Oliveira Dantas	50	Nascimento 1974: 64, 82, 97
Itaóca	1962	“e por outras poucas mulheres das redondezas”		Scheuer 1976: 45

Figura 2. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: senhorinha, Quintina da Silva, Honorata Rosa, Aparecida de Souza Leite, Laura Garcez.



Fonte: Museu Casa do Artesão de Apiáí [Fotos: Marianne Sallum].

Figura 3. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Sebastiana de Lara, Joaquina Maria dos Santos, Eugênia Rosa, Benedita, Ana Gonçalves de Andrade Rocha, Jaqueline de Oliveira, Pedra Augusta, Rute da Silva.



Fonte: Museu Casa do Artesão de Apiaí [Fotos: Marianne Sallum].

Tabela 3. Ceramistas 1998/2025, Apiaí.

Localidade	Ano(s)	Nome	Fonte
Apiaí (Encapoeirado)	2018	Custódia (avó de Custódia de Jesus da Cruz, falecida)	Magrini 2019: 249
Apiaí (Encapoeirado)	2018	Gregória (mãe de Custódia de Jesus da Cruz, falecida 1978?)	Magrini 2019: 249
Apiaí (Encapoeirado)	2018	Custódia de Jesus da Cruz (falecida em 1998?)	Magrini 2019: 249

continua...

Tabela 3. Continuação

Localidade	Ano(s)	Nome	Fonte
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Ivone Maria da Cruz de Lima (filha de Custódia Jesus da Cruz)	Lima 2007: 52; Magrini 2019: 232, 250
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Cristina Gomes da Rosa Santos	Magrini 2019: 232, 233
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Josinha (Josinalva) Maria Camargo de Lima	Magrini 2019: 232, 236
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Lourdes Aparecida de Camargo Lima	Magrini 2019: 232, 236
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Lúcia Aparecida Rosa Scheleider	Magrini 2019: 232, 238
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Marina Gomes da Rosa Cordeiro	Magrini 2019: 232, 241
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Marininha (Marina) R. da Guia dos Santos	Magrini 2019: 232, 245
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Silvelena Rosa	Magrini 2019: 232, 246
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Dulce Lima Pereira	Lima 2007: 52; Magrini 2019: 232, 248
Apiáí (Encapoeirado)	2005-2006	Isolina Aparecida de Oliveira	Lima 2007: 52
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Zeli Batista do Vale	Magrini 2019: 232, 252
Apiáí	2017	Alda Depétris Fagundes	Magrini 2019: 232, 268
Apiáí	2017	(Cido) José Aparecido Machado Lima	Magrini 2019: 232, 269
Apiáí	2017	Úrsula Adair Depétris	Magrini 2019: 232, 271
Apiáí (Mineiros)	2018	Loide de Oliveira Rosa Lima	Magrini 2019: 79
Apiáí (Mineiros)	2018	Diná Cristina Looze Miranda Silva	Magrini 2019: 79
Apiáí		Marlene	Casa do Artesão
Apiáí (Mineiros)		Jaqueline Jenifer Looze da Silva	Lara et al. 2025
Barra do Chapéu (Ponte Alta)	2005-2006	Trindade Teixeira de Oliveira	Lima 2007: 6, 55
Barra do Chapéu (Ponte Alta)	2005-2006	Maria de Lourdes Oliveira Mota	Lima 2007: 6
Barra do Chapéu (Ponte Alta)	2018	Jaqueline de Oliveira	Lima 2007: 5, 55; Magrini 2019: 232, 253
Barra do Chapéu (Ponte Alta)	2018	Nadir de Oliveira Santos	Magrini 2019: 232, 255
Barra do Chapéu (Ponte Alta)	2018	Selma de Oliveira Rosa	Magrini 2019: 232, 255
Itaóca	2018	Abrão Machado de Lima	Magrini 2019: 232, 257
Itaóca	2017	Ester Mendes Garcia	Magrini 2019: 232, 263
Itaóca	2018	Ilda Gonçalves de Oliveira Amaral	Magrini 2019: 232, 275
Bom Sucesso do Itararé	2018	Luzia Dias Braga de Souza	Magrini 2019: 232, 263
Bom Sucesso do Itararé	2018	Maria Rosa Pontes de Oliveira	Magrini 2019: 265

Figura 4. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Custódia de Jesus da Cruz, Marina Gomes da Rosa Cordeiro, Jaqueline Oliveira, Loide de Oliveira Rosa Lima, Diná Looze, Jaqueline Looze.



Fonte: Museu Casa do Artesão de Apiaí [Fotos: Marianne Sallum].

Figura 5. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Trindade Teixeira de Oliveira, Marlene, Lúcia Aparecida da Rosa.



Fonte: Museu Casa do Artesão de Apiaí [Fotos: Marianne Sallum].

Outras mulheres compartilham sentimentos semelhantes, como é o caso de uma das autoras deste artigo (M.G.), ceramista há 18 anos. Ela aprendeu a fazer cerâmica com um grupo de mulheres – familiares e amigas da mestra Custódia de Jesus da Cruz. Embora a mestra já estivesse falecida na época, continuava sendo uma das principais inspiradoras na transmissão de saberes ancestrais às novas gerações no bairro do Encapoeirado. Para muitas mulheres da região, essa foi uma mudança significativa, pois criou condições para melhorar a renda familiar, ampliar o acesso à educação, fortalecer vínculos de sociabilidade e diversificar as opções profissionais para além da agricultura familiar, tornando a produção cerâmica uma atividade paralela ao cultivo de alimentos. Muitas delas encontraram na cerâmica uma profissão da qual realmente “gostam” e manifestam, assim como outras mulheres “conservadoras carinhosas” (Sallum *et al.*, 2023) de diversas regiões do Brasil, um vivo interesse em conhecer e divulgar histórias de suas ancestrais e comunidades.

É fundamental fortalecer alianças comprometidas com a descolonização do saber, reconhecendo e protegendo o protagonismo das mulheres na preservação de práticas e memórias ancestrais. Alimentos, medicinas, materialidades e linguagens são conhecimentos que resistem há séculos à expropriação colonial. Mais do que “recuperar objetos”, trata-se de valorizar os sentidos e restabelecer vínculos com saberes que foram deslocados de seus territórios– como os do Encapoeirado– e hoje se encontram em instituições acadêmicas e museológicas. Vasilhas cerâmicas, conhecimentos botânicos, zoológicos e mineralógicos, assim como registros orais e textuais transmitidos por gerações, precisam ser repensados a partir de métodos participativos de consulta às informações, compartilhamento de benefícios e gestão das “memórias vivas” nos arquivos históricos e museus (Thorpe, 2024).

Aqui, essas heranças ancestrais representam saberes materializados, como as vasilhas cerâmicas, resultantes de conexões entre gerações. Essas interações expressam a confluência afro-indígena, um espaço de compartilhamento de percepções contra colonialistas pautadas na pluralidade e nas linhagens ancestrais que preservam suas diferenças. Essa força é definida por Santos (2023, p. 15) como a energia que nos move para:

o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia.

Krenak (2015) também destaca que os povos indígenas são sociedades de aliança e solidariedade, que preservam suas identidades em vez de se diluírem em uma massa homogênea. Estão inseridos em redes de solidariedade (Carvalho, 1997), que envolvem famílias extensas, parentes, comunidades e organizações locais, sendo a família extensa um eixo central na proteção e socialização dos indivíduos.

As redes de solidariedade e a transmissão de conhecimento também podem ser compreendidas por meio das noções de persistência e da “política de consideração”. A persistência, nesse contexto, não se confunde com a mera continuidade histórica; trata-se da “articulação intencional de certas práticas e identidades em resposta a novas realidades econômicas, políticas e sociais... conectando passado e presente em uma trajetória dinâmica, porém ininterrupta” (Panich; Allen; Galvan, 2018, p. 11-12). A persistência envolve focar em uma arqueologia da presença, “desafiando os registros

históricos, os modelos cronológicos e as terminologias que enfatizam narrativas de perda cultural” (Schneider; Nelson; Tipon, 2022, p. 288). A noção de uma arqueologia da presença “é também uma postura mental inviolável, entrelaçada com as múltiplas e variadas histórias e identidades dos povos indígenas (e outros)” (Schneider; Nelson; Tipon, 2022, p. 288). Trata-se de uma reafirmação da existência: “para que todos saibam que estamos aqui, mesmo quando fazem parecer que não estamos”, como afirma Natasha Gambrell, representante do povo Eastern Pequot (Tuxá *et al.*, 2024).

A “política de consideração” e a do “cuidado” lançam luz sobre a forma como as relações se constituem nas comunidades tradicionais. Ambas se baseiam na noção de interdependência e no “cuidado circular que fazem a saúde da vida” (Núñez, 2023, p. 115). Essa perspectiva parte da ideia de “pensar em alguém de uma maneira especial”, em que deixar de ser considerado pelo Outro – ou não ser tomado como referência – equivale a perder parte da própria humanidade (Kelly; Matos, 2019, p. 391). A colaboração é decisiva, especialmente no contexto do cultivo da floresta e da agricultura familiar – um dos primeiros valores aprendidos na vida comunitária, fundamento da convivência e sobrevivência – onde “viver sem colaboração” é impensável (Melià, 1989).

Achamos importante situar a política de consideração na perspectiva de Montón-Súbias (2021), como elemento essencial da cooperação, que se encontra com outros pilares fundamentais da vida social, como o valor do vínculo, da capacidade afetiva e da prática do cuidado, componentes do cerne das “Atividades de Manutenção”. Sob tais pilares, há um modo distinto de entender os grupos humanos e o devir histórico. Assim, as práticas que moldam as relações de gênero partem, inevitavelmente, da colaboração e da consideração como princípios fundamentais. A cerâmica Paulista é um exemplo das relações solidárias, resultado da:

Cerâmica Comum Portuguesa [foi] apropriada e transformada no século XVI pelas Tupiniquim da área de São Vicente para uso nos assentamentos coloniais, reproduzida até o presente na região Sudeste de São Paulo. (Noelli; Sallum, 2019, p. 703)

A cerâmica pode ser mapeada e investigada desde o século XVI, servindo para revelar lugares e os papéis sociais das mulheres nas comunidades, como: 1) intermediárias entre assentamentos indígenas costeiros e do interior e os portugueses; 2) transmissoras de conhecimento para gerações mais jovens e novos habitantes; 3) responsáveis pela logística de segurança alimentar; 4) produtoras de cultura material que incorporou e transformou objetos e práticas portuguesas; 5) gestoras de sistemas de cultivos sustentáveis; e 6) administradoras dos assentamentos, especialmente durante momentos importantes de reorganização social e conflitos. Em suma, elas construíram um modo de vida sustentado por práticas e saberes que permanecem vivos. Atualmente, as mulheres do Vale do Ribeira exercem um papel central como lideranças nas organizações comunitárias de base, como da Associação de Artesãs de Apiaí, resistindo para preservar sua autodeterminação, seus territórios, a agricultura familiar e os conhecimentos ancestrais transmitidos entre as gerações.

Antes da chegada dos Europeus, as mulheres Tupiniquim garantiram pelo menos 15 séculos de produção da cerâmica com pouca variabilidade morfológica (Brochado, 1991, 2024; Corrêa, 2014; Perez, 2018; Scatamacchia, 1981). Elas atualizaram suas práticas para criar a cerâmica paulista como uma forma de incorporar e transformar o “outro” português por meio da materialidade (Noelli; Sallum, 2019; 2020; 2021; Noelli; Sallum; Peixoto, 2023; Peixoto; Noelli; Sallum, 2022, 2024; Sallum; Noelli, 2020, 2021a,

2021b, 2022; Sallum *et al.*, 2023). Esse processo é compreendido como “mudanças dentro de continuidades e continuidades dentro de mudanças” (Silliman, 2020, p. 67-68), e não como o “outramento” de uma coletividade homogeneizada em oposição binária ao Ocidente (Oyèwùmí, 2023, p. 67). Isso implica articular a materialidade às memórias, práticas e histórias de persistência, em diálogo e parceria com as comunidades do presente (Flores-Muñoz *et al.*, 2024; Lopes *et al.*, 2024; Mello, 2022; Moraes; Costa; Jesus, 2022; Sallum, 2015, 2022; Silliman, 2009). Como propõe Luã Apiká, da comunidade Tabaçu Rekoypy, Peruíbe, São Paulo (Tuxá *et al.*, 2024), a arqueologia precisa descolonizar o conceito de memória:

fico feliz ao ver muitos indígenas nesse movimento de descolonização dentro do território. Sinto que muitos seres (pesquisadoras[es]) buscam fortalecer e respeitar o território, a memória de nosso povo e, especialmente, o futuro de como essa memória será tratada... transformando-a em algo presente em todos e em tudo à nossa volta.

CONTEXTO HISTÓRICO

Parte dos portugueses aderiu às políticas de consideração e às relações de gênero dos povos indígenas como forma de articular seus próprios interesses. Ao colocar em destaque as mulheres e a maioria da população, este estudo desloca o foco das figuras masculinas tradicionalmente consideradas como aquelas que moldaram os eventos históricos, as políticas e a economia. Essa mudança de perspectiva implica reconhecer formas de agência que não se reduzem a entidades homogêneas sob a ação dos Estados-nação, de “grandes líderes” ou de suas redes de relacionamento social. Para manter tais entidades homogêneas, é preciso estabelecer hierarquias sociais baseadas na desigualdade, na concessão de poder e na atribuição de “mais” direitos a grupos dominantes e membros das elites – como reis, seus lugares-tenentes e outras formas de organização política sustentadas pela desigualdade social e econômica. Essas entidades operam a partir de práticas e concepções normativas, etnocêntricas e econômicas, frequentemente androcêntricas.

No caso brasileiro, tais perspectivas moldaram a construção de um suposto passado colonial que dominou a cena acadêmica por muito tempo, sendo, até recentemente, marcada pela desconsideração e pelo apagamento social (Sallum; Noelli, 2021). A relação entre os povos Tupiniquim e os portugueses começou em 1502, quando a expedição de Américo Vespúcio desembarcou com pessoas para aprender a língua e os hábitos dos povos da costa de São Paulo (Fernández-Armesto, 2007; Noelli, 2025; Souza, 1960). Desde então, parte dos povos Tupiniquim permitiu o estabelecimento de parte dos portugueses na região, com base em uma aliança fundada em interesses mútuos. Contrariando a historiografia predominante (por exemplo: Monteiro, 1994), não há evidências de que os povos Tupiniquim foram subjugados (Sallum, 2018) e nem exterminados (Noelli, 2025). Este foi um caso singular no Brasil, com a criação de uma sociedade que gradualmente dominou uma vasta área a partir de São Vicente. Quando a Coroa promoveu a primeira campanha para empreender a colonização, em 1549, Portugueses já tinham 47 anos de interações sociais dentro do sistema Tupiniquim, com alianças e laços de parentesco sólidos e com duas gerações descendentes.

Parte dos portugueses que chegou após 1550 aderiu a essas relações e ampliou os antigos laços de parentesco e sociabilidade (Noelli; Sallum; Peixoto, 2023; Peixoto; Noelli; Sallum, 2022). O povos Tupiniquim também estabeleceram alianças

em contextos de confronto por território com outros povos, nos quais a incorporação de pessoas não Tupiniquim fazia parte das estratégias de redefinição das relações e identidades nas chamadas “guerras de vingança” (Castro, 1992). Para os povos Tupi, a vingança era “de fato a garantia da memória social, unindo os mortos do passado aos mortos do futuro por meio dos vivos” (Cunha; Castro, 1985, p. 191). Os portugueses transformaram essas guerras de vingança em estratégia para obter cativos destinados aos mercados de commodities no Brasil e no exterior, inserindo-se assim no sistema comercial atlântico – prática que perdurou até o final do século XVIII. Em 1527, por exemplo, Diego García desembarcou na Espanha com 70 escravos indígenas provenientes de Cananéia (cf. Toríbio-Medina, 1908, p. 238).

A partir do final do século XVIII, mudanças significativas começaram a desestruturar gradualmente o domínio das práticas relacionais paulistas, abrindo espaço para uma nova ordem social e moral. Esse processo foi impulsionado pelo aumento contínuo da presença de portugueses e de outros europeus, acompanhado por transformações culturais marcadas por jogos identitários. Nesse contexto, antigas práticas sociais foram combinadas com novas, como a adoção da monogamia e a intensificação do comércio, em busca de garantir a estabilidade das comunidades (Sallum; Noelli, 2021). Enquanto alguns paulistas fundaram centros urbanos e implantaram plantações, a maioria esteve envolvida com a gestão sustentável do cultivo na floresta – embora houvesse interação entre esses dois grupos. É importante considerar que a lógica da economia Tupiniquim era diferente da europeia: a reciprocidade e colaboração entre parentes e aliados tinha sua contrapartida equivalente, criando laços de dependência recíproca (Fernandes, 1963). A introdução do dinheiro na economia paulista ocorreu tarde e foi restrita a poucas pessoas até o século XVIII (F. Lima, 2005). Entre essas pessoas, inicialmente havia poucos exportadores de açúcar (século XVI), comerciantes de trigo, pessoas em situação de escravidão (séculos XVI-XVII) e negociantes de cavalos e mulas (século XVIII). A monetização do trabalho atingiu a maioria das pessoas apenas no século XIX e, em algumas áreas, no século seguinte.

As comunidades cultivadoras da floresta eram a maioria dos assentamentos paulistas na década de 1920: 80% da população vivia fora das cidades (IBGE, 1926). Hoje, mais de 80% da população do Estado de São Paulo vive em áreas urbanas (IBGE, 2022), e o modo de vida agroflorestal foi reduzido a poucas comunidades (Sallum, 2022). Tal mudança, incluindo a introdução de produtos industrializados e a demarcação de propriedades (restringindo o acesso a matérias-primas), impactou a produção e a diminuiu, até restarem poucas mulheres que produziam a cerâmica. O êxodo rural teve efeitos prejudiciais para essas mulheres: 1) suas qualificações e habilidades tornaram-se muito restritas ou invisíveis nos núcleos urbanos; 2) suas redes locais e de sociabilidade foram desestruturadas; e 3) transformações nas dinâmicas de parentesco e afeto resultaram em novos arranjos conjugais e em um aumento nas separações. Conforme a distribuição demográfica, o sudeste de São Paulo constituiu um contexto específico em termos de práticas cerâmicas, dado que a configuração sociocultural da sociedade paulista mudou gradual e significativamente ao longo da história (Noelli; Sallum, 2019).

Do início do século XVI até meados do século XVII, a população era majoritariamente composta por Tupiniquim, com poucos portugueses, pessoas da diáspora africana e indígenas não-Tupiniquim. No início do século XVIII, a população Tupiniquim diminuiu e a maioria passou a ser formada por seus descendentes com portugueses, pessoas da diáspora africana, europeia e indígenas não-Tupiniquim. No século XVIII, os povos Tupiniquim deixaram de ser mencionados pelo sistema burocrático; seus descendentes foram denominados de paulistas, junto a uma crescente população de imigrantes portugueses que chegaram ao Brasil

durante o ciclo do ouro em Minas Gerais. Nos séculos XIX e XX, brasileiros de outras regiões começaram a chegar, juntamente com mais europeus e os primeiros asiáticos. A chegada de pessoas indígenas escravizadas, especialmente guarani do sul do Brasil, Mato Grosso do Sul e regiões do Paraguai, foi constante desde a segunda metade do século XVI até a década de 1670. A partir de então, a escravidão de africanos e seus descendentes aumentou, mas não foi significativa em termos quantitativos até 1740, formando pequenos núcleos na costa entre Peruíbe e Cananéia e produzindo cerâmicas diferentes da cerâmica paulista.

MAPEANDO A CERÂMICA PAULISTA

Na costa sul do estado de São Paulo, entre os municípios de Peruíbe e Iguape, os dados sobre a cerâmica paulista apresentam muitas semelhanças, apontando para uma relativa continuidade de longo prazo na tecnologia, enquanto os registros históricos indicam um contínuo fluxo de pessoas e cerâmicas de diferentes lugares e culturas. De uma perspectiva interdisciplinar, é possível conectar tecnologias cerâmicas do sítio arqueológico das Ruínas do Abarebebê ao contexto regional da década de 1960. Segundo dados arqueológicos e históricos, o sítio e a região foram continuamente ocupados desde o período pré-colonial até o presente. Isso foi inferido a partir de fontes históricas da região, bem como pela obtenção de duas datas de espectrometria da massa com acelerador (AMS-) (séculos VI e XVII) e da presença de faiança portuguesa e inglesa (séculos XVII a XIX) no próprio sítio (Cali, 2012; Sallum, 2018, 2022, 2023). Além dessa área, a cerâmica paulista foi produzida no Rio de Janeiro, Santa Catarina e, posteriormente, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, no contexto da expansão paulista dos séculos XVII e XVIII.

A cronologia da cerâmica ressoou na memória e genealogia das ceramistas da região de Iguape que, entre 1962 e 1967, relataram a Herta Scheuer (1976) suas recordações sobre seis gerações de ancestrais. Portanto, é possível verificar como a materialidade permite estabelecer conexões entre os dois extremos do processo histórico da cerâmica paulista, conectando as mulheres ceramistas desde o início do século XVI (Noelli; Sallum; Peixoto, 2023; Peixoto; Noelli; Sallum, 2022). Com base em uma vasta coleção de dados interdisciplinares, podemos demonstrar que as mulheres Tupiniquim criaram a cerâmica paulista em um contexto relacional com os portugueses (Noelli; Sallum, 2020b, 2023; Sallum *et al.* 2023).

POR UMA ABORDAGEM FEMINISTA E DE GÊNERO

No contexto deste artigo, a abordagem feminista e de gênero permite evidenciar o protagonismo de mulheres indígenas, afrodescendentes e de outras comunidades tradicionais que não foram representados historicamente, frequentemente invisibilizadas por sistemas de dominação colonial, cujos ecos ainda reverberam nas estruturas sociais contemporâneas (Carneiro, 2019). Seguimos o exemplo da Arqueologia Feminista Negra para entender a diversidade nas relações sociais e a participação das mulheres nas diferentes esferas da vida (Marinho; Simoni, 2021). Segundo Battle-Baptiste (2011), “não existe [uma fórmula estabelecida]”, pois suposições ocidentais tendem a homogeneizar as relações em todos os contextos. Para entender as relações de gênero no período colonial, a autora destaca a importância de combinar teorias e práticas de diferentes áreas, como: 1) antropologia, 2) história, 3) narrativas diversas e história oral, 4) estudos de materialidade, 5) feminismo indígena, entre outras. As fontes coloniais são escassas quanto à diversidade de gênero entre os povos Tupiniquim, mas explicitam que suas concepções não se limitavam ao binarismo mulher/homem.

Essa situação começou a mudar no século XVIII, quando o binarismo e seus padrões sociais e morais foram impostos com o desembarque de grandes levas de portugueses. Essa mudança começou a romper com a complementaridade das relações entre gêneros, que até então eram um “índice de relações simétricas entre afins” (Matos, Santos; Belaunde, 2019, p. 395). Para essas autorias, a simetria implicava em uma “dinâmica com base nas diferentes combinações possíveis de relações entre um mesmo gênero e gêneros diferentes”, gerando corpos, pessoas e relações (Matos; Santos; Belaunde, 2019, p. 404).

Ainda assim, essas relações foram silenciadas na construção do passado colonial que moldou a cena acadêmica luso-brasileira do século XIX até recentemente, apagando o papel das mulheres na sociedade (Pacheco; Casimiro, 2025). Ao desconsiderar essas colaborações, concretiza-se o que propõem Kelly e Matos (2019): apagar alguém é, em última instância, negar sua própria humanidade. A desumanização dos povos Indígenas foi o meio sistematicamente utilizado pela elite dominante para desqualificar e descontextualizar, justificando o injustificável para espoliar as pessoas e transformar seus bens e terras em butim (Lima, 1995; Souza, 2017; Wolfe, 2006). A desqualificação é uma decisão política quando convém, permeando filosofia, teologia e história, dotando o campo jurídico de justificativas criativas para perpetuar desigualdades, justificar a escravidão e forçar o trabalho de povos indígenas, da diáspora africana e parte dos próprios europeus desde o século XVI.

Podemos afirmar que a hierarquia e o sistema de gênero ocidental não existiam entre os povos Tupiniquim (Fernandes, 1963), de forma semelhante às sociedades de origem iorubá (Oyùwùmí, 2023). As relações entre pessoas eram baseadas na colaboração – primeiro dentro da família conjugal, depois na família ampliada e, por fim, entre aliados e afins. E não havia um(a) chefe, mas um(a) coordenador(a) diário(a) das tarefas, geralmente alguém mais velho(a), dependendo da atividade. As mulheres eram responsáveis por todas as etapas da produção de cerâmica e pelo comércio local e regional, particularmente a partir do século XVIII. Os relatos das mulheres, reunidas por Scheuer (1976), Nascimento (1986) e Escalante e Rogério (1973), demonstram alguns desses aspectos nas décadas de 1960 e 1970, e podem ser atualizados por pesquisas mais recentes (e.g. Calaresi, 2014; Cerávolo, 1988; Lima, 2007; Magrini, 2019; Noelli; Sallum, 2020a, 2020b; Souza, 2015; Sallum *et al.* 2023; Tiburtius, 1968; Waldeck, 2014). Compreender as trajetórias históricas das ceramistas contemporâneas e suas memórias é uma forma de acessar aspectos da itinerância da cerâmica paulista, assim como de entender a “construção de identidades marcadas por descontinuidades e por posicionamentos múltiplos, ambíguos e aparentemente contraditórios” (Khan, Martins; Cardina, 2019, p. 2).

Em nossa perspectiva, as diferenças e práticas reunidas pelas mulheres ceramistas não são meras inovações, mas escolhas que reafirmam ações de suas ancestrais (Joyce e Lopiparo, 2005; Silva, 2023), contribuindo para a formação da identidade paulista (Sallum; Noelli, 2021). Essas práticas emergem de relações sociais entre “múltiplas diferenças que não se fundem ‘e que’ antagonizam ou se complementam mutuamente, reproduzindo-se desde um passado distante” (Cusicanqui, 2010). A cerâmica paulista foi produzida e utilizada tanto por povos Tupiniquim e seus descendentes em relações com portugueses, ou não, cujos “jogos de identidade ora distanciavam, ora aproximavam os paulistas de suas origens indígenas” (Monteiro, 2001, p. 9), quanto por recém-chegados de diferentes origens. Em diferentes contextos, tanto os Tupiniquim quanto os portugueses poderiam proclamar-se paulistas, ao ponto de a burocracia portuguesa reclamar do “autonomismo paulista”, uma ação explícita, tanto de lideranças (Alencastro, 1992, p. 39), quanto da maioria da população para não se deixar dominar pelo colonialismo até o final do século XVIII (Noelli, 2025, p. 118).

A questão do “jogo de identidade” e a materialidade da cerâmica paulista foi amplamente utilizada em São Paulo por diversos estratos sociais, do período colonial ao presente. Na maioria das residências, era usada junto com recipientes de madeira, cabaças e cuias, enquanto nas casas mais abastadas os alimentos eram servidos em cerâmicas locais e importadas de fabricação industrial na Europa e na Ásia (Hora *et al.* 2020; Casimiro, 2022; Magrini, 2019; Manfrini, 2020; Morales, 2001; Munsberg, 2018; Zanettini, 2005; Zanettini; Wichers, 2009; Zequini, 2006). A cerâmica teve uso inicial em comunidades organizadas em torno da prática de coivara, prática que persistiu até o século XXI. A partir do século XVIII, algumas mulheres começaram a produzi-la para um mercado urbano nascente, ainda fundamentado na troca de bens, sem circulação monetária. Com a progressiva monetização das relações, essas trocas foram sendo substituídas, mas a cerâmica seguiu como atividade enraizada no âmbito familiar e comunitário (Sallum; Noelli, 2021).

Nas últimas décadas, a produção cerâmica seguiu dois caminhos principais: diminuiu com a falta de estímulo, restando poucos usos alimentares específicos; e se reconfigurou com a criação de cooperativas de artesãs voltadas ao mercado de “artesanato”, promovendo a autonomia das mulheres e integrando elementos tradicionais e modernos, com a participação também de homens (Lara *et al.*, 2025; Magrini, 2019).

A cerâmica paulista se desenvolveu a partir de uma longa trajetória das práticas cerâmicas e do saber-fazer das mulheres, por meio de um processo contínuo de transmissão de conhecimentos. Esse percurso foi marcado por uma via de mão dupla entre decisões e práticas, voltada à compreensão e ressignificação da cerâmica comum portuguesa a partir dos próprios referenciais indígenas e, mais tarde, das pessoas que passaram a integrar essas comunidades (Sallum; Noelli, 2021). Esse processo resultou em “manifestações legítimas de modos específicos de se produzir e utilizar substâncias, matérias-primas e objetos segundo lógicas de classificação e transformação próprias” (Lagrou, 2013, p. 22).

A cerâmica comum portuguesa despertou o interesse dos povos Tupiniquim, para os quais a apropriação de objetos representava uma forma de estabelecer relações e atualizar a própria cultura. Como destaca Lagrou (2016, p. 13), é preciso combater “o preconceito mais comum em relação às populações indígenas – a convicção de que elas não podem mudar se quiserem continuar sendo indígenas”. Desde o século XVI, surge uma questão que deve ser abordada e que não é explicada por dados demográficos sobre o “jogo de identidades” e a autoidentificação. A urbanização impulsionada pela migração no século XIX causou uma inversão populacional devido ao contínuo influxo de pessoas. Estes grupos urbanos não eram homogêneos, mas compartilhavam a noção de serem superiores aos “velhos paulistas”, alimentada por suas identidades culturais e políticas coloniais (e, após 1822, políticas brasileiras). Os recém-chegados não compreendiam o modo de vida baseado no cultivo da floresta praticado pela maior parte da população, em clareiras onde produziam o suficiente para suprir as necessidades da família e trocar excedentes com parentes ou aliados.

Em 1766, os governantes coloniais elaboraram planos para discipliná-los e forçá-los a produzir maiores quantidades de alimentos, como mostrado no relato do governador da Capitania de São Paulo: “os mais pobres constroem um ‘sítio’, ou seja, uma cabana de barro coberta por folhas de palmeira, em um sopé de morro, próximo a um rio... ninguém tem renda nem meios de cultivar suas terras... plantam apenas o suficiente para sua subsistência... essas pessoas passam a maior parte do tempo ociosas, sem emprego... sua pobreza decorre dessa situação” (Mourão, 1952, p. 89-90). Não se tratava de falta de compreensão, mas de uma tentativa deliberada de desqualificar a autodeterminação

e a soberania alimentar de quem não queria vender a sua força de trabalho. Relatos desse preconceito são numerosos, como o de Auguste de Saint-Hilaire (1851, p. 273) que, em 1819, disse que era comum para os “brancos de raça pura” ridicularizar os “velhos paulistas” por sua aparência, por falarem “português brasileiro” e por seus hábitos alimentares (Dória; Bastos, 2018, p. 102-107). A situação piorou gradualmente, a ponto de esse preconceito ser replicado como um traço da herança colonial do Brasil até os dias atuais, constituindo outro tópico a ser pesquisado. Contudo, a documentação mostra que todos os mandatários da capitania não conseguiram dominar e explorar a população, sendo frustrados pela resistência e força da maioria demográfica até o início do século XIX (Noelli, 2025).

COMUNIDADES DE PRÁTICAS E TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

As comunidades tradicionais – como as camponesas, indígenas, quilombolas ou caiçaras - são as que percebem mais profundamente esta relação entre “equilíbrio e sustentabilidade” por meio de processos de observação, ensaio, tentativa e erro que são transmitidos em sua cultura entre gerações. Por esta razão é que as regiões onde vivem são as que têm maior biodiversidade.

Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. (Jancz *et al.*, 2018, p. 20)

A cerâmica paulista foi produzida nas comunidades tradicionais autossustentadas, originalmente definida por Scheuer (1976) como “cerâmica popular de São Paulo”. Seu levantamento comunitário foi bastante completo e oferece informações sobre as mulheres, o processo de transmissão do conhecimento, o contexto de produção e descrições de cerâmicas de oito comunidades paulistas. Ela também fez um inventário da memória genealógica que remontava à década de 1850, embora não tenha consultado fontes históricas para identificar contextos sociais mais antigos de produção. Scheuer foi pioneira ao reconhecer a importância da prática cerâmica dessas mulheres inviabilizadas pela academia, mesmo diante da presença dessas peças em vários museus e da persistência das comunidades atuais. A economia dominante, voltada ao lucro e venda da força de trabalho, desconsiderou atividades fundamentais à reprodução da vida, realizadas por essas mulheres nos espaços comunitários e residenciais (Jancz *et al.*, 2018). Fora do mercado formal, essas ceramistas mantiveram saberes e, a partir da segunda metade do século XX, passaram a adaptar suas práticas às demandas do “artesanato”, buscando autonomia econômica e melhoria das condições de vida (Magrini, 2019, p. 60).

As ceramistas da década de 1960 mostraram a Scheuer algo que representa o conceito de comunidades de prática, resumido por Wendrich (2012) como uma perspectiva para estudar as relações entre o grupo e o indivíduo, focando no aprendizado individual e nas atividades grupais, onde o aprendizado é um processo contínuo baseado na troca de conhecimentos das experiências do grupo, por diferentes razões e de diferentes maneiras. Para Wenger (1998, p. 73), essas comunidades surgem por meio do “engajamento mútuo, empreendimento conjunto e um repertório compartilhado” e resultam da criação de conexões entre participantes que compartilham histórias sobre aprendizado. Tais comunidades de prática estão interligadas, formando constelações com configurações amplas e diversas (Wenger, 1998, p. 126).

Essas conexões se estabelecem de maneira dinâmica e complexa, com um fluxo contínuo de compartilhamento de conhecimentos mediado pelas ações de seus participantes.

Podemos concluir que não foi apenas a tecnologia cerâmica que resistiu ao tempo, mas também os processos de sociabilidade e irmandade nas comunidades de prática. As transformações nos padrões de consumo entre o período pré-colonial e o colonial ocorreram de forma gradual, acompanhando a formação de constelações de práticas, os movimentos humanos e a instalação dos assentamentos coloniais. Esse processo foi uma forma de ampliação das redes de aprendizado e formação de novas comunidades de prática no interior, desde Santo André e São Paulo de Piratininga até seus arredores, no século XVI. No século XVII, os assentamentos se expandiram para o sudeste de São Paulo e o nordeste do Paraná, criando comunidades que ainda existem, como demonstrado pelo fato de comunidades como Apiaí, Itaóca e Iguape ainda produzirem cerâmica paulista.

A Coroa implementou diversas estratégias para alcançar seus objetivos na formação dos núcleos coloniais. Um dos representantes de seus interesses deixou claro que os líderes portugueses buscavam eficiência no processo de colonização. Em 1532, Pero Lopes de Sousa (2001, p. 184) destacou a importância de os portugueses “viverem em comunicação de artes” com os povos indígenas – uma referência à “troca de práticas” como meio essencial para compreender o modo de vida Tupiniquim. Fica evidente que ações engajadas de indivíduos, descentralizadas e não hierárquicas, foram fundamentais para o êxito dessas alianças, já que as relações se consolidaram entre pessoas, e não entre líderes, em consonância com a lógica Tupiniquim de colaboração.

CERÂMICA, PRODUÇÃO E TRABALHO

A cerâmica paulista apresenta uma diversidade de morfologias e decorações. Era produzida por mulheres, suas descendentes e, mais tarde, por recém-chegados integrados às redes sociais formadas por Tupiniquins, portugueses e pessoas da diáspora africana no século XVI. À primeira vista, as cerâmicas Tupiniquim “pré-colonial” têm poucas semelhanças com as cerâmicas portuguesa e paulista – sobre as cerâmicas e mapas de sítios pré-coloniais ver: Corrêa (2014) e Noelli (2025); sobre a cerâmica comum portuguesa ver: Fernandes (2012) e Bugalhão e Coelho (2017); sobre a cerâmica paulista ver: Scheuer (1967, 1976, 1982); Nascimento (1986); Magrini (2019); Sallum e Noelli (2020) e Sallum *et al.* (2023); para aspectos comparativos, ver Tabela 4.

Tabela 4. Aspectos da produção das vasilhas cerâmicas.

Aspecto	Cerâmica Tupiniquim (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Organização da produção	Familiar e doméstica; moldada a partir do padrão Tupiniquim	Familiar e hierárquica, dirigida pelo oleiro mais experiente (geralmente homem)	Familiar e doméstica; moldada a partir do padrão Tupiniquim
Divisão do trabalho	Mulheres realizavam todas as etapas; homens podiam auxiliar na extração e transporte	Produção masculina; mulheres eventualmente envolvidas na decoração e comércio (fora dos grandes centros)	Mulheres realizavam todas as etapas; homens podiam auxiliar na extração e transporte
Uso principal da cerâmica	Uso familiar e comunitário	Uso familiar e comercial (local/regional)	Uso familiar, comunitário, e, posteriormente, comercial

continua...

Tabela 4. Continuação

Aspecto	Cerâmica Tupiniquim (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Tecnologia	Manual com base moldada e paredes acordeladas	Roda de oleiro (atividade masculina especializada)	Sem roda; manual com base moldada e paredes acordeladas, técnicas similares às Tupiniquim
Participação das mulheres	Central em todas as etapas	Presentes na preparação de elementos decorativos e no comércio das vasilhas	Central em todas as etapas
Regulação da produção	Não regulamentada; orientada ao uso interno	Regulada pelas autoridades desde a Idade Média (licenças, inspeções, tributos)	Sem regulação formal até o século XX; depois, impulsionada por políticas públicas
Comercialização	Não comercial	Para mercados locais e regionais	A partir de 1950, vendida como artesanato; unidades transportadas para outras cidades
Continuidades e transformações	Persistente nas comunidades Indígenas	Reduzida após industrialização	Transformada em artesanato reconhecido como patrimônio cultural

O processo de produção cerâmica foi estruturalmente semelhante entre Tupiniquim, portuguesa e paulista. Em Portugal, havia várias etapas de preparação da argila, que eram exclusivamente masculinas. Por outro lado, as mulheres Tupiniquim eram responsáveis por essas tarefas na produção da cerâmica paulista, sendo assistidas por homens apenas na extração e transporte da argila. Em Portugal, os homens produziam as vasilhas na roda de oleiro. Esse equipamento não foi adotado pelas mulheres Tupiniquim em sua cerâmica paulista, que empregavam, em vez disso, a prática comum de moldar a base e acordelar as paredes até à borda (algumas vasilhas também podiam ter bases enroladas).

Na metade norte de Portugal, as vasilhas eram enegrecidas com pigmento natural de argila e fumaça. Essa técnica não era conhecida pelos povos Tupiniquim no período pré-colonial. Contudo, evidências sugerem que as cerâmicas coloniais começaram a ser coloridas com corantes vegetais pretos logo após a primeira queima, utilizando-se sucos da casca da aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi) ou jacatirão/kuipeúna (*Miconia cinnamomifolia* (A. DC.) Naudin), uma técnica ainda utilizada para cobrir as cores vermelhas, marrons e cremes das argilas regionais no Baixo Vale do Ribeira (Scheuer, 1976; Nascimento, 1974). Processos pós-deposicionais no contexto arqueológico provocaram alterações químicas nesses corantes, mudando os tons pretos para cinza, mudança também observada na cerâmica portuguesa (Costa, 2014).

Quando a vasilha atingia uma textura semelhante ao couro, era brunida e/ou polida. Em seguida, para selar e padronizar a superfície, aplicava-se barbotina em um ou ambos os lados da parede da vasilha. Essa etapa da cadeia operatória era semelhante nas cerâmicas Tupiniquim e paulista, embora com densidades diferentes, dependendo da necessidade de reduzir a porosidade e modificar a pigmentação. A superfície interna era lisa em todos os três conjuntos cerâmicos.

No caso Tupiniquim, o interior de algumas classes funcionais de vasilhas, especialmente pratos coletivos, recebia desenhos pintados, como linhas e pontos vermelhos e pretos sobre um fundo branco (raramente creme). Nas cerâmicas comuns portuguesas não vidradas, predominava uma superfície externa lisa, podendo ter várias combinações decorativas, como tiras de argila, linhas curvilíneas e diagonais incisadas, incisões horizontais, carimbos e motivos florais pintados (Bugalhão; Coelho, 2017).

A cerâmica Tupiniquim recebia diferentes tratamentos de superfície, isolados ou combinados, conforme a função da peça: ondulações, marcas digitais, corrugações, incisões, alisamento com espátula, escovação e pintura decorativa. As cores predominantes – vermelho (*taguá*), branco (*tabatinga*) e preto – eram obtidas de pigmentos minerais (óxidos de ferro, caulim e manganês). *Taguá* e *tabatinga* foram registrados no século XVI (Anchieta, 1595, p. 14v) e preservados na Língua Geral Paulista e no vocabulário da cerâmica paulista (Noelli; Sallum, 2021).

A cerâmica paulista também apresentava superfícies predominantemente lisas na maioria das classes funcionais, embora algumas pudessem exibir motivos diversos. As vasilhas pintadas desapareceram gradualmente na segunda metade do século XX, devido à dificuldade de acesso aos pigmentos minerais, agravada pela propriedade da terra (Scheuer, 1976). A cerâmica paulista podia ter superfície lisa, mas algumas vasilhas eram escovadas, marcadas com taquara ou corrugadas. Incisões onduladas ou diagonais e “tiras” decorativas no oriundas da cerâmica portuguesa eram aplicadas à superfície. Asas, alças e bicos são ausentes na cerâmica Tupiniquim, mas comuns na portuguesa e paulista. Poucos exemplares Tupiniquim com asas estão em museus; alças e bicos são raros no registro arqueológico colonial.

A queima a céu aberto ocorria em todas as três práticas: 1) cerâmica comum portuguesa: grandes quantidades de vasilhas eram queimadas na soenga, técnica ainda usada hoje em dia; 2) Tupiniquim: poucas vasilhas eram queimadas por vez ao ar livre; e 3) cerâmica paulista: semelhante à soenga quando o forno não era utilizado. A queima em forno era comum tanto em Portugal quanto na cerâmica paulista.

Em algumas classes funcionais da cerâmica Tupiniquim e paulista (mas não nas portuguesas), resinas vegetais eram utilizadas para revestir as vasilhas. As principais espécies utilizadas eram a almecegueira ou breu branco (*Protium heptaphyllum* (Aubl.) Marchand), chamada de *yvyra ysy* na língua indígena, e o pinheiro brasileiro em áreas de maior altitude da Serra Geral (*Araucaria angustifolia* Bertol. Kuntze), da qual deriva o nome do bairro Curicica, vizinho de Jacarepaguá, Rio de Janeiro (*kurí i ysyca*). A resina era aplicada em estado líquido após a queima, enquanto a vasilha estava muito quente, para selar a superfície, tornando-a impermeável e dando-lhe um aspecto envernizado.

As pessoas Tupiniquim não utilizavam vasilhas envernizadas e pintadas diretamente no fogo, exceto o *camucim* (pintado e envernizado acima do ombro), que era levemente aquecido com brasas ao redor da base para fermentar e armazenar o *cauim* (cerveja) (Noelli; Brochado, 1998). Outras vasilhas podiam ser utilizadas sobre o fogo, especialmente para processar alimentos, e no caso de vasilhas maiores, para servir comida e mantê-la aquecida. As cerâmicas pintadas portuguesas e da cerâmica paulista não eram utilizadas sobre o fogo, mas para processar e servir os alimentos.

FORMAS DAS VASILHAS

As cerâmicas portuguesa e paulista são morfologicamente e taxonomicamente mais próximas, quando comparadas com a cerâmica Tupiniquim (Noelli; Sallum, 2020b, 2021; Sallum *et al.* 2023) (Tabela 5). A maioria das vasilhas para servir/armazenar e cozinhar possui paredes de espessura fina a média. Em Portugal, a maioria dessas

vasilhas era usada para armazenar e transportar líquidos, com diferentes nomes locais e regionais, a depender da função. A cerâmica paulista possui menos nomes para funções semelhantes (ver Tabela 5; cf. Noelli e Sallum, 2020a; Sallum *et al.*, 2023).

Uma questão relevante é onde eram armazenados vinho, cachaça, vinagre e banha nos núcleos coloniais de São Paulo. As parreiras foram mais comuns no vale do Tietê e do Paraíba, enquanto as oliveiras foram pouco plantadas; a cana-de-açúcar foi amplamente cultivada, sendo a cachaça um dos subprodutos mais populares e produzida localmente com equipamentos cerâmicos. Outras questões dizem respeito ao cultivo e processamento de uvas e azeitonas. Sabemos que a cana-de-açúcar era cultivada no litoral de São Paulo no início do século XVI, e, em 1585, as uvas eram cultivadas em Piratininga, mas ainda havia dificuldade para armazenar o vinho, pois não haviam encontrado a madeira adequada para fazer os barris (Sallum; Noelli, 2021). E parte significativa das azeitonas e azeites eram importados em pequena escala, pois em 1567 declarou-se que em Piratininga daria azeite, “havendo já mostras disso” (Fernandes, 1960, p. 428).

Tabela 5. Morfologia e características tecnológicas das vasilhas.

Características Morfológicas	Tupiniqum (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Espessura das paredes	Fina a média (0,4–2,5 cm)	Fina a média (0,4–1,5 cm)	Fina a média (0,4–1,5 cm)
Formato do corpo	Arredondado, cônico ou oval	Arredondado, elíptico ou cônico com contornos complexos	Arredondado, elíptico ou cônico com contornos complexos
Base	Geralmente cônica/arredondada; plana só em tipos específicos	Plana ou levemente arredondada	Plana, mas também arredondada onde fogo era direto no solo
Abertura	Abertura ampla, geralmente não restrita	Mais restrita que a paulista para mesma função	Mais ampla que a portuguesa (proporcionalmente)
Borda (armazenamento)	Voltadas para fora, com pescoço	Voltadas para fora com inclinações variadas, com pescoço	Voltadas para fora com pescoço
Borda (panela)	Diretas ou ligeiramente voltadas para fora	Pescoço direto, restrito e reforçado	Pescoço direto, mas não reforçado
Borda (frigideira, assadeira)	Verticais ou ligeiramente voltadas para dentro	Verticais ou levemente para dentro	Verticais ou levemente para dentro
Borda (prato, tigela, torrador)	Extrovertidas	Extrovertidas	Extrovertidas
Presença de pescoço	Sim, marcada nas de armazenamento	Sim	Sim

continua...

Tabela 5. Continuação

Características Morfológicas	Tupiniquim (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Funções típicas	Servir, cozinhar e armazenar sobre lenha/seixos	Armazenamento e transporte de líquidos	Cozinhar (familiar e coletivo), armazenar e servir
Presença de alças/asas	Sim, mas forma simples	Sim, duplas ou simples	Sim, duplas ou simples, decoradas ou não
Decoração	Pintura interna em tipos específicos	Ondulada nas asas, polidas	Ondulada nas asas, preta, branca, vermelha ou creme
Uso de roda	Não	Sim, especialmente nos grandes centros	Não
Estabilidade morfológica (panela)	Não mencionada	Não mencionada	Sim, dois tamanhos de panela (familiar e comunitária)
Tipos especiais (ex.: torrador circular)	Torrador circular com borda	Torrador não mencionado	Torrador circular com ou sem borda; tipo disco sem borda é colonial

O consumo é um tema mais complexo de definir e requer novas pesquisas para compreender as práticas de uso entre os Tupiniquim, a fim de permitir uma definição mais precisa em comparação com as práticas portuguesas e paulistas, que são mais bem documentadas (Bugalhão; Coelho, 2017; Noelli; Sallum, 2019). A Tabela 6 apresenta aspectos da relação entre forma e função nos três conjuntos cerâmicos; a Figura 6 exhibe uma amostra de panelas produzidas entre os séculos XVI e XX; já a Figura 7 mostra uma moringa antropomorfa feita no século XX, em Barra do Chapéu.

Tabela 6. Forma e função das vasilhas.

Aspectos	Cerâmica Tupiniquim (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Formato das bordas (armazenamento)	Bordas voltadas para fora com pescoço	Bordas voltadas para fora com pescoço (jarros, potes)	Voltadas para fora com pescoço; formas similares às portuguesas
Formato das bordas (panelas)	Diretas ou sutilmente voltadas para fora	Diretas, com pescoço estreito	Pescoço direto, sem borda muito reforçada
Formato das bordas (frigideiras, assadeiras)	Verticais ou levemente voltadas para dentro	Curvas, com bordas contínuas ou cônicas	Curvas, com bordas contínuas ou cônicas, com alças
Formato das bordas (tigelas, pratos, torradores)	Extrovertidas	Extrovertidas (em alguns tipos)	Extrovertidas
Base (armazenamento e panelas)	Majoritariamente cônicas ou arredondadas (uso direto sobre o fogo)	Predominantemente base plana (uso em fogão com grelha/chapa)	Maioria com base plana (fogão com grelha); arredondadas em fogo direto

continua...

Tabela 6. Continuação

Aspectos	Cerâmica Tupiniquim (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Vasilhas específicas (Tupiniquim)	Vasilhas quadrangulares/ovais/triangulares com base plana, paredes espessas e pintura interna (não iam ao fogo)	Jarros, canecas, cantis, potes de armazenamento (para líquidos)	Divididas em familiar (pequeno) e comunitário (grande)
Vasilhas específicas	Não se aplica	Não se aplica	Depósito (pote, cantil), boião (jarro) com duas alças, base plana
Frigideiras	Não mencionado	Vasilhas de fritura e aquecimento, com alças, decoradas	Multifuncionais; decoradas, com coloração variada e asas onduladas
Torradores	Torrador circular com borda direta ou extrovertida (uso com mandioca e café)	Não mencionado	Torrador circular com borda (como Tupiniquim) e versão colonial sem borda, disco plano

Figura 6. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade Federal do Paraná; Acervo Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade Federal do Paraná; Casa do Artesão de Apiai, panela produzida por Ana Gonçalves de Andrade Rocha; Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade Federal do Paraná; panela produzida Trindade Teixeira de Oliveira; Museu Ferroviário de Sorocaba; Museu de Arqueologia de Etnologia da Universidade de São Paulo; Museu Histórico de Itapeva, reconstrução: Carolina Guedes; Museu da Floresta Nacional de Ipanema – SP.



Fonte: Foto Marianne Sallum (M.S.); Foto M.S.; Foto Francisco S. Noelli (F.S.N.); Foto M.S.; Lima, 2007, p. 108; Foto F.S.N.; Foto F.S.N.; e Zequini, 2007.

Figura 7. "Moringa Mulher". Ceramista: Trindade de Oliveira. Barra do Chapéu (SP).
Acervo Casa do Artesão de Apiaí (SP).



Fonte: Foto de Marianne Sallum.

CONCLUSÃO

A transmissão de saberes segue como um dos pilares milenares da vida no bioma da Mata Atlântica, especialmente no ecossistema do Vale do Ribeira. As mulheres ocupam, há séculos, um papel central nas práticas coletivas dessa existência “fundada nos intercâmbios e diálogos de saberes” sendo, por exemplo, tradicionalmente responsáveis por “selecionar, guardar e trocar sementes” (Jancz, 2018, p. 21). Elas atuam tanto no cultivo da floresta, que sustenta a soberania alimentar, quanto na produção de utensílios usados para processar e consumir vegetais e animais. As memórias das mulheres do presente, assim como os registros arqueológicos e históricos, evidenciam um modo de vida moldado pela residência em clareiras, pelas áreas de cultivo, por redes de trilhas na mata e pela navegação nos rios principais e seus afluentes. Hoje, os quintais continuam como espaços privilegiados de experimentação, combinando horta, pomar, criação de pequenos animais, além de plantas comestíveis, medicinais e ornamentais (Jancz, 2018).

Pode-se afirmar que as práticas de ocupação mantiveram uma estrutura semelhante na longa duração, variando apenas na forma/tamanho/conteúdo das residências e das materialidades, e parte das espécies cultivadas e dos animais consumidos. De modo geral, as populações foram compartilhando os saberes necessários para viver no Vale do Ribeira, transmitindo-os também àqueles que vinham de fora. É possível deduzir que as populações sambaquieiras cultivavam a floresta e viviam em clareiras contíguas aos seus montes de conchas (Ferraz *et al.*, 2023; Figuti *et al.*, 2013), com evidências crescentes

do consumo de plantas entre 8 e 3 mil A.P. É muito provável que boa parte do conhecimento sobre as espécies botânicas alimentares do litoral sul e do Vale do Ribeira também tenha sido legado pelas comunidades sambaquieiras. Por volta de 2 mil A.P., grupos ancestrais falantes de línguas da Família Jê começaram a ocupar a região sul do Brasil (Araujo, 2024; Noelli; Souza, 2017), com o estilo de vida no interior da floresta, marcado por residências e cultivos dentro e fora das clareiras. Destaca-se, neste contexto, a contribuição para a formação de espécies hiperdominantes, como o pinheiro Araucária, entre outras. Pouco depois de 2 mil A.P., as populações Tupiniquim iniciaram a ocupação do Vale do Ribeira (Noelli, 2025), com práticas intensivas de cultivar a floresta envolvendo centenas de espécies e construção de grandes casas-longas nas clareiras. As comunidades Tupiniquim e a sua descendência com pessoas europeias e da diáspora africana deram continuidade a transmissão de saberes, hoje perceptíveis nas comunidades Caiçaras, Tupi Guarani, Quilombolas e Tradicionais.

As mulheres do presente e do passado produziam conhecimentos diversos, tanto os herdados, quanto da apropriação e transformação das novidades trazidas de fora. A transmissão para quem chegava de fora pode ser constatada de formas diversas, a partir de um amplo conjunto de informações que permitem identificar práticas locais e regionais em todo o Vale do Ribeira. Ao mesmo tempo que diversas gerações foram incorporando as novidades, como plantas, animais, materialidades e algumas práticas. Para reconhecer tais continuidades com mudanças é importante considerar as especificidades de cada história local, dialogando com as fontes escritas e com as memórias mais contemporâneas sobre territórios, residências, alimentação e o uso de materiais perecíveis que compunham a maioria dos itens produzidos localmente nas comunidades. A linguagem da botânica, zoologia, da materialidade e das práticas constitui um novo campo a ser explorado, pois as descendentes no presente preservam acervos de tais saberes. Além disso, bibliotecas, museus e instituições guardam registros documentais e materialidades legadas por muitas mulheres no passado, que igualmente poderão mostrar muito sobre a vida na floresta.

Por isso atribuímos grande importância à biografia e memórias das mulheres agricultoras e ceramistas do Alto Vale do Ribeira, verdadeiras sabedoras e grãos de um vasto legado que se acumula há muitos séculos. A biografia é um portal com múltiplas possibilidades, começando pelas genealogias, que são a chave de acesso aos contextos da transmissão de saberes nas comunidades de práticas. Trata-se de uma via promissora para novas abordagens na Arqueologia Histórica e suas vertentes sobre a persistência e o colonialismo.

AGRADECIMENTOS

À Silvia Alves Peixoto e Marcos André Torres de Souza agradecemos o convite para integrar este dossiê. À revisão do nosso artigo, pelas sugestões e indicações para melhorar o texto. Às mulheres ceramistas do Vale do Ribeira, especialmente da Associação de Artesãs de Apiaí – Custódia Jesus da Cruz, pela parceria, pelo interesse em nosso projeto e pelos imensos saberes que possuem para fazer belas cerâmicas. Ao museu Casa do Artesão de Apiaí, um centro muito importante que deveria ser copiado em outras cidades brasileiras, e à sua diretora, Regina Beoni. À família Looze (Diná, Jaqueline e Aparecido) do ateliê Arte Looze (Apiaí), pela gentileza em compartilhar seus conhecimentos e suas bonitas cerâmicas. À nossa amiga e parceira Danielle Gomes Samia, pelo mapa de localização dos núcleos ceramistas. MS recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil: processos n.º 2024/04746-1, 2024/20602-0, 2019/18664-9, 2019/17868-0. MS & FSN receberam apoio de fundos portugueses através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia,

no âmbito do projeto UID/00698/2020: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e, FSN a bolsa de doutoramento FCT SFRH/BD2020.05745 na ULisboa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luiz F. *O Trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ANCHIETA, José de. *Arte de gramatica da lingoa mais vsada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.
- ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara no estado de São Paulo: estado da arte e perspectivas 15 anos depois. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 1, p. 147-165, 2024. DOI: 10.24885/sab.v37i1.1193.
- BATTLE-BAPTISTE, Withney. *Black feminist archaeology*. Walnut Creek (US): Left Coast Press, 2011.
- BAPTISTA, Tainá Helena Correia. *Cultivando roças, manejando resistências: territorialidade, identidade quilombola e territorialidades em conflito no Vale do Ribeira (SP)*. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- BROCHADO, José Proenza. What did the Tupinamba cook in their vessels? A Humble contribution to ethnographic analogy. *Revista de Arqueologia*, v. 6, p. 40–88, 1991. DOI <https://doi.org/10.4324/9781315096254>
- BROCHADO, José Proenza. *Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura da América do Sul*. São Paulo: Tikibooks, 2024.
- BUGALHÃO, Jacinta; COELHO, Inês. Cerâmica moderna de Lisboa: proposta tipológica. In: Encontro de arqueologia de Lisboa: uma cidade em escavação, 1., Lisboa, 2017. *Anais [...]*. Lisboa (PT): Imprensa Municipal/Câmara Municipal, 2017. p. 106-146.
- CALARESI, Anna Cláudia Mendes de Almeida. *Argila: matéria-prima para cerâmica popular - três casos - Rio Real (BA), Apiaí (SP) e Taubaté (SP)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.
- CALI, Plácido. *Programa de monitoramento e gestão do patrimônio arqueológico nas áreas do sistema de esgotamento sanitário no bairro Ruínas, município de Peruíbe-SP*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 325-333.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formatação da política social contemporânea. *São Paulo em Perspectivas*, v. 11, n. 4, p. 16-21, 1997.
- CASIMIRO, Tânia Manuel. Por que importa saber de cerâmica portuguesa no colonialismo Atlântico? *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 230-249, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22651>
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, v. 35, p. 21-74, 1992. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1992.111318>.
- CERÁVOLO, Marina Vieira Neves. Cerâmica de Apiaí: momentos de uma pesquisa em arte popular. *Cerâmica*, v. 34, p. 14-24, 1988.

- CORRÊA, Ângelo A. *Pindorama de mboia e iakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.
- COSTA, Bruno, Ricardo Pinto. *A cerâmica preta do mosteiro de São João de Tarouca*. Lisboa (PT): Universidade Nova de Lisboa, 2014.
- COSTA, Wendel Alexandre Dalitesi. *Nosso Guarujá Caiçara*. Guarujá: André Vieira Colombo, 2024.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; CASTRO, Eduardo Viveiros de. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 71, p. 191-208, 1985. DOI : <https://doi.org/10.3406/jsa.1985.2262>.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa. una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires (AR): Tinta Limón, 2010.
- DÓRIA, Carlos Alberto.; BASTOS, Marcelo Corrêa. *A culinária caipira da Paulistânia*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- ESCALANTE, Eduardo Álvares.; ROGÉRIO, Walter. Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Entrevistadas: Denica Silva Pereira e Ana Pereira. Folclore de Jairê, parte 2/3, 1973. Disponível em: <https://acervo.mis-sp.org.br/audio/folclore-de-jaire-parte-23>. Acesso em: 4 maio 2025.
- FERNANDES, Baltasar. Carta aos padres e irmãos de Portugal. Piratininga, 5 de dez. de 1567. *Monumenta Brasiliae*, v. 4, p. 421-429, 1960.
- FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambá*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- FERNANDES, Isabel. *A loiça preta em Portugal: estudo histórico, modos de fazer e de usar*. Braga (PT): Universidade do Minho, 2012.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Amerigo: the man who gave his name to America*. New York (US): Random House, 2007.
- FERRAZ, Tiago *et.al.* Genomic history of coastal societies from eastern South America. *Nature Ecology & Evolution*, v. 1, p. 1, 2023.
- FIGUTI, Levy; PLENS, Cláudia Regina; DEBLASIS, Paulo Dantas. Small sambaquis and big chronologies: shellmound building and hunter-gatherers in Neotropical Highlands. *Radiocarbon*, v. 55, n. 2-3, p. 1215-1221, 2013.
- FLORES-MUÑOZ, Julieta; SALLUM, Marianne; BALANZÁTEGUI, Daniela. The materiality of remembering and affective alliance: a dialogue between communities and archaeology on the coast of São Paulo, Brazil and Veracruz, Mexico. *International Journal of Historical Archaeology*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10761-024-00765-3>.
- GARIMPO DE SOLUÇÕES. *Pepitas do Ribeira – Dina e Jaque (Arte Looze)*. [S.l.], 21 maio 2022. 1 vídeo (11min42s). Disponível em: https://youtu.be/O5z02PcuBIQ?si=bj2AsnH1c_gJQkDV. Acesso em: 4 maio 2025.
- HORA, Juliana; PORTO, Vagner; MAGALHÃES, Wagner; ALENCASTRO, Elaine. Unveiling regional archaeological heritage, historical archaeology at Vale do Ribeira: the case of Sobrado dos Toledos, Iguape-São Paulo. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 24, p. 707- 727, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10761-020-00540-0>.

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento 1920. 4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2022*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em 4 maio 2025.
- JANCZ, Carla *et al.* *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*. São Paulo: SOF, 2018. 84 p.
- KELLY, José A.; MATOS, Marcos A. Política de consideração: ação e influência nas terras baixas da América do Sul. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 25, n. 2, p. 391-426, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n2p391>.
- KHAN, Sheila; MARTINS, Bruno S.; CARDINA, Miguel. Memórias da violência colonial: reconhecimentos do passado e lutas pelo futuro. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 45, p. 1-3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864x.2019.2.33814>.
- KRENAK, Aílton. A questão indígena e a América Latina. In: COHN, Sérgio (org.). *Encontros: Aílton Krenak*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015. p. 150-173.
- LAGROU, Els. No caminho da miçanga: Arte e alteridade entre os ameríndios. *Revista Enfoques. Etnografia, Arte e Imagem*, v. 12, p. 18-49, 2013.
- LAGROU, Els. *No caminho da miçanga: um mundo que se faz de contas*. Catálogo. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2016. p. 10-15.
- LARA, Barbarita *et al.* Ecologies of sustainability and networks of solidarity: knowledge and practices in the Valley of Thorns (Ecuador) and Ribeira Valley, São Paulo (Brazil). *Agora*, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25660/AGORA0029.QAGV-E343>.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LIMA, Fernando César Gonçalves. de Carvalho. Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. *Estudos Econômicos*, v. 35, p. 169-201, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612005000100006>.
- LIMA, Josiane Aparecida Camargo de. *Ata da Assembleia de Constituição/Estatuto da Associação de Artesãos de Apiaí – Custódia Jesus da Cruz*, 2005. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/100838>. Acesso em 4 maio 2025.
- LIMA, Manoel Raimundo Nunes. *A fotografia como instrumento da documentação e preservação da memória: arte e sobrevivência no alto Vale do Ribeira*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MAGRINI, Amanda. *Lá no alto, o barro é encantado: a cerâmica do Alto Vale do Ribeira*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019.
- MANFRINI, Marcelo Ricardo. *Potes fragmentados em uma sociedade conectada: produção e distribuição de cerâmica utilitária na São Paulo colonial*. 2020. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- MARINHO, Thais. Alves; SIMONI, Rosinalda. Carvalho da Silva. Coletividades femininas negras na história de Goiás: do afro catolicismo aos feminismos de terreiros. In: SOARES, Ana Carolina Evangelista C.; SILVA, Murilo Bastos da (org.). *História das mulheres, relações de gênero e sexualidade em Goiás*. São Paulo: Paco Editorial, 2021. p. 473-498.

- MARINHO, Thaís; SIMONI, Rosinalda Carvalho da Silva. Decolonialidade e mulheres negras em Goiás: do afrocatolicismo aos feminismos de terreiros. *Numen*, v. 24, n. 1, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.34019/2236-6296.2021.v24.32146>.
- MATOS, Beatriz Almeida; SANTOS, Júlia Oliveira; BELAUNDE, Luísa Elvira. Corpo, terra, perspectiva: o gênero e suas transformações na etnologia. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 11, n. 2, p. 392-412, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v11i2.7957>.
- MELIÀ, Bartomeu. Potyrõ: a questão do trabalho indígena Guarani. In: *Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: Faculdades Dom Bosco, 1989. p. 395-426.
- MELLO, Louise Cardoso de. Juntando cacos: persistência e reexistência nas práticas cerâmicas do vale do Guaporê. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 92-123, 2022.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2001.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTÓN-SÚBIAS, Sandra. Otros pasados son posibles: discurso y arqueología feminista. *Discurso & Sociedad*, v. 15, n. 3, p. 569-587, 2021.
- MORAES, Irislene Pereira; COSTA, Luciana Alves; JESUS, Luciana Lopes de. Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiáspóricas: experiências no território quilombola dos povos Aroá – Amazônia paraense. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 55-74, 2022.
- MORALES, Walter M. A cerâmica neo-brasileira nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 11, p. 165-187, 2001. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2001.109416>.
- MOURÃO, Luís Antônio de Souza Botelho. Carta ao Ilmo. Sr. Conde de Oeiras, São Paulo, 13 de dezembro de 1766. *Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo*, v. 73, p. 88-95, 1952.
- MUNSBURG, Suzana. *Dos seiscentos aos oitocentos: estudo da variabilidade estilística da cerâmica durante os processos de construção e reconfiguração das identidades paulistas*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- NASCIMENTO, Haydée. Cerâmica Folclórica em Apiaí. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 186, p. 45-121, 1974.
- NOELLI, Francisco Silva. *Não há colonialismo sem tekoába: uma arqueologia das relações e da materialidade entre Tupiniquim e Portugueses na Capitania de São Vicente, Brasil (1502-1700)*. 2025. Tese (Doutorado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2025.
- NOELLI, Francisco Silva; BROCHADO, José Proenza. O cauim e as beberagens dos Guarani e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 8, p. 117-128, 1998.
- NOELLI, Francisco Silva; SOUZA, Jonas Gregório de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 12, n. 12, p. 57-84, 2017.
- NOELLI, Francisco S.; SALLUM, Marianne. A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas Tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 25, p. 701-742, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n3p701>.

- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Comunidades de mulheres ceramistas e a longa trajetória de itinerância da cerâmica paulista. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 34, p. 132-153, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2020.166053>.
- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Para cozinhar...: as panelas da cerâmica paulista. *Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 18, n. 2, p. 501-538, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.18224/hab.v18i2.8436>.
- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Por uma história da linguagem da Cerâmica Paulista: as práticas compartilhadas pelas mulheres. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 13, n. 1, p. 367-396, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbla.v13i01.40664>.
- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Archaeologies of colonialism and the indigenous presence in Brazil: the remarkable Tupí Guaraní trajectory. *Archaeological Review from Cambridge*, v. 38, n. 1, p. 113-133, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17863/CAM.104458>.
- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne; PEIXOTO, Silvia Alves. Archaeologies of gender, kinship, and mobility in Southeast Brazil: Genealogies of Tupiniquim women and the itinerancy of ceramic practices. *Journal of Social Archaeology*, v. 23, n. 2, p. 193-218, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/14696053231180273>.
- NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. São Paulo: Paidós/Planeta, 2023.
- OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. *Mulheres africanas e feminismo: reflexões sobre a política da sororidade*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- PACHECO, Susana; CASIMIRO, Tânia Manuel. The weaker sex? An archaeology for gender empowerment in twentieth century Portugal. *International Journal Historical Archaeology*, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10761-024-00776-0>.
- PANICH, Lee M.; ALLEN, Rebecca; GALVAN, Andrew. The archaeology of Native American persistence at Mission San José. *Journal of California and Great Basin Anthropology*, v. 38, p. 11-29, 2018.
- PEIXOTO, Silvia; NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. De São Vicente a Jacarepaguá: uma genealogia de mulheres Tupiniquim e a itinerância da Cerâmica Paulista. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 326-335, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22633>.
- PEREZ, Glauco Constantino. *Arqueologia Paulista e o marcador cerâmico como delimitador de fronteira étnica: um estudo das regiões sul e oeste do Estado de São Paulo*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, v. 2. Paris (FR): Arthus Bertrand Libraire-Éditeur, 1851.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. Rio de Janeiro: UBU editora, 2023.
- SALLUM, Marianne. Estudos coloniais e globalização: fluxos, fricções e confluências. *Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 3, n. 1, p. 51-62, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18224/hab.v13.1.2015.51-62>.
- SALLUM, Marianne. *Colonialismo e ocupação Tupiniquim no litoral sul de São Paulo: uma história de persistência e prática cerâmica*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI: <http://doi.org/10.11606/T.71.2019.tde-27092018-112906>.
- SALLUM, Marianne. Por uma “aliança afetiva” entre a arqueologia e os saberes tradicionais: contribuições para o entendimento da sociedade moderna no Brasil. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 273-300, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22464>.

- SALLUM, Marianne. Rethinking Latin American Archaeology: “affective alliances” and traditional community-engagement. *Papers from the Institute of Archaeology*, v. 34, n. 1, p. 1–42, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14324/111.444.2041-9015.1392>.
- SALLUM, Marianne. Gênero, Memórias, Materialidades e Linguística: confluência entre Mulheres Indígenas, Afrodescendentes e AfroIndígenas na Arqueologia Histórica de São Paulo. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 16, n. 1, p. 69-98, 2024. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbla.v16i1.54346>
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. An archaeology of colonialism and the persistence of women potters’ practices in Brazil: from Tupiniquim to Paulistaware. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 24, n. 1, p. 546-570, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10761-019-00517-8>.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. “Politics of regard” and the meaning of things: the persistence of ceramic and agroforestry practices by women in São Paulo. In: PANICH, Lee M.; GONZALEZ, Sara L. (ed.). *Handbook of the Archaeology of Indigenous-Colonial Interaction in the Americas*. New York (US): Routledge, 2021a, p. 338-356.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. 2021b. “A pleasurable job”... Communities of women ceramicists and the long path of Paulistaware in São Paulo. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 61, n. 1, p. 1-12, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2020.101245>.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. “Política da consideração” e o significado das coisas: a persistência de comunidades de práticas agroflorestais em São Paulo. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 356–89, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22874>.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. Povos indígenas e arqueologia do colonialismo no Brasil. In: SYMANSKI, Luiz Cláudio; SOUZA, Marcos André Torres de (ed.). *Arqueologia Histórica no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2022b. p. 275-308.
- SALLUM, Marianne; IORIS, Hyrma; GUEDES, Carolina; NOELLI, Francisco S. “Carinhosas conservadoras” de saberes ancestrais: o testemunho de Herta Löell Scheuer como um exemplo de Arqueologia da Escuta sobre as práticas das mulheres ceramistas de São Paulo e do Paraná. *Noctua*, v. 2, n. 8, p. 73-157, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26892/noctua.v2i8p73-157>.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. *Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani*. 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- SCHEUER, Herta Loell. Estudo de um núcleo de cerâmica popular. *Arquivos do Museu Paranaense*, v. 1, 1967.
- SCHEUER, Herta Loell. *Estudo da cerâmica popular do Estado de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- SCHEUER, Herta Loell. *A tradição da cerâmica popular*. São Paulo: Escola de Folclore/Editora Livramento, 1982.
- SCHNEIDER, Tsin, Duncan; NELSON, Peter Allen; TIPON, Nick. Conclusion: Perspectives on presence from a sovereign (and very much present) Native American community. In: SCHNEIDER, Tsin Duncan.; PANICH, Lee M. (org.). *Archaeologies of Indigenous Presence*. Gainesville (US): University Press of Florida, 2022. p. 287-304.
- SILLIMAN, Stephen W. Change and continuity, practice and memory: Native American persistence in colonial New England. *American Antiquity*, v. 74, p. 211-230, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0002731600048575>.

- SILLIMAN, Stephen W. Colonialism in historical archaeology. In: ORSER, Charles E.; ZARANKIN, Andres; FUNARI, Pedro Paulo A.; LAWRENCE, Susan; SYMONDS, James (eds.). *Handbook of Global Historical Archaeology*. London (UK): Routledge, 2020. p. 41-60.
- SILVA, Rúbia Almeida. *A persistência de práticas cerâmicas do período pré-colonial ao presente: a Cadeia Operatória das panelas de barro de Goiabeiras em Vitória – ES*. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.
- SOUSA, Pero Lopes de. Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa (1530–1532). In: GUIRADO, Maria Cecília (org.). *Relatos do descobrimento do Brasil: as Primeiras Reportagens*. Lisboa (PT): Instituto Piaget, 2001, p. 139-189.
- SOUZA, Joseneide Fraga. *Artesanato e Design: identidade e mercado – a produção cerâmica no Vale do Ribeira/SP*. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SOUZA, Marcos André Torres. A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 144-153, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.505>.
- SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes. A expedição portuguesa ao Brasil em 1501–1502 e Amerigo Vespucci. *Revista de História*, v. 20, e9611, 1960. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.119970>.
- TIBURTIUS, Guilherme. Altere Hauskeramik aus der Umgebung von Curitiba, Paraná, Südbrasilien. *Anthropos*, v. 63/64, p. 49-74, 1968.
- TORÍBIO-MEDINA, José. *Los viajes de Diego García de Moguer*. Santiago de Chile (CL):: Imprenta Elzviriana, 1908.
- THORPE, Kirsten. Returning love to Ancestors captured in the archives: Indigenous wellbeing, sovereignty and archival sovereignty. *Archival Science*, v. 24, p. 125–142, 2024.
- TUXÁ, Yacunã; GAMBRELL, Natasha; APYKÁ, Luã; MORSEAU, Blaire; SILLIMAN, Stephen W.; BALANZÁTEGUI, Daniela.; SALLUM, Marianne. Indigenous archaeologies, territories, and human rights: dialogues among representatives of the Tupi Guarani, Tuxá, and Eastern Pequot. *Agora*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.25660/AGORA0015.E1YP-MV02>.
- WALDECK, Guacira. De “luta do barro”, “isso do barro”, “nesse serviço” à cerâmica de Apiaí. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, v. 11, n. 1, p. 107-128, 2014.
- WENDRICH, Willeke. Archaeology and apprenticeship: body knowledge, identity, and communities of practice. In: Wendrich, Willeke (org.). *Archaeology and Apprenticeship: Body Knowledge, Identity, and Communities of Practice*. Tucson (US): University of Arizona Press, 2012. p. 1-19.
- WENGER, Étienne. *Communities of Practice: Learning, Meaning, and Identity*. Cambridge (GB): Cambridge University Press, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511803932>.
- WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. *Journal of Genocide Research*, v. 8, n. 4, p. 387-409, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/14623520601056240>.
- ZANETTINI, Paulo. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.71.2006.tde-04082006-170833>.

ZANETTINI, Paulo; WICHERS, Camila Moraes. A cerâmica de produção local/regional em São Paulo colonial. In: MORALES, Walter; MOI, Flávia (org.). *Cenários regionais em arqueologia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 311–334.

ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma fábrica de ferro: morro de Araçoiaba séculos XVI–XVIII*. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.71.2007.tde-25062007-151536>.